

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (*)

BITTENCOURT (B. P.). — *O Novo Testamento: Cânon; língua; texto*. São Paulo. Aste. 1965. 256 páginas.

Embora não se trate de publicação recente, pois data já de 1965, cremos de justiça uma notícia acêrca dêste valioso e erudito trabalho, à primeira vista de interêsse apenas para a história bíblica, mas, na realidade, interessando aos mais variados campos do conhecimento. O autor — uma das mais expressivas figuras do clero metodista de nosso país, pároco de sua igreja em Campinas, completou sua formação teológica e filosófica nos Estados Unidos e na Alemanha, tendo estudado em Boston e em Heidelberg. Trouxe para o nosso meio a marca cultural dessas duas importantes Universidades. Tem diversas obras publicadas, entre elas um admirável estudo biográfico, histórico e psicológico da “personalidade viva” do apóstolo São Paulo, editado em 1964. Não tivemos, infelizmente, oportunidade de verificar a ressonância que certamente seu estudo sobre o Novo Testamento deve ter alcançado quando de sua publicação. Circunstâncias várias levaram-nos a essa omissão, de que agora nos penitenciamos, procurando, ainda em tempo, chamar a atenção dos estudiosos em assuntos bíblicos para uma obra que honraria a cultura histórica e bíblica de qualquer país. Obra que revela não apenas o pleno domínio de vasta literatura especializada sobre o assunto, como reflexões de ordem pessoal, a demonstrar que, no estudo e na crítica do livro magno do Cristianismo, o autor campineiro não se limita a repetir o que outros escreveram. Consta a obra de três partes: o cânon, a língua e o texto. Esta última, após a necessária crítica (livros primitivos, manuscritos, versões antigas, citações patrísticas, etc.), encerra-se com um capítulo sobre as traduções em língua portuguesa do Novo Testamento, desde a vetusta tradução de João Ferreira de Almeida, até as modernas edições católicas e protestantes. Contribuição importante, pois totalmente despreendida de qualquer preocupação sectária, que vem ao encôntro dos interessados em história das religiões, em história bíblica, em história do livro, e ainda no estudo das fontes históricas.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* * *

*

CASTRO (Ferreira de). — *O Instinto Supremo*. Rio de Janeiro. Editôra Civilização Brasileira, S.A., 1968, 263 págs.

A resenha de uma obra de ficção pode parecer deslocada numa Revista de História. No entanto, romancistas, poetas e autores de peças teatrais já conseguiram recriar personagens, fatos e períodos históricos e a compreensão da História quantas vezes já foi obtida através das recriações artísticas. Como a liberdade artística admite interferências não documentadas, e se restringe aos temas de maior mobilização emocional, o escritor de ficção contribui com um quadro mais vivo que o historiador, embora possa pecar por falta tanto de objetividade quanto de

(*) — Solicitamos dos Srs. Autores e Editôres a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica. (Nota da Redação).

imparcialidade. Mas a estes pecados os historiadores não estão imunes. De outro lado, o autor atual de ficção parece inclinar-se ou à pesquisa de novas formas de expressão ou à descrição da realidade em seus diferentes níveis. Neste caso encontram-se os que se dedicam a levantamentos completos e minuciosos de condições sociais, políticas e econômicas, onde situam um problema psicológico ou de relações interpessoais. E' verdade que nem sempre os resultados atingem o nível da grande literatura, mas apesar disso, podem vir a constituir fontes secundárias para uma reconstrução histórica.

A predileção de Ferreira de Castro por panoramas sociais levaram-no a descrever em sua obra algumas das formas menos remuneradas e desprovidas de perspectivas do trabalho humano. Neste livro de 1968, volta à Amazônia, depois de em *A Selva* ter pintado a vida dos seringueiros, isolados pela floresta, pelo rio e pelos homens. O interesse do presente livro para os leitores da Revista é o seu tema: a pacificação dos parintintin, realizada por Curt Nimuendajú, em 1922.

O nome do livro refere-se ao instinto de conservação, contrariado pelo lema de Rondon: *Morrer, se preciso fôr, matar, nunca*, e o seu conteúdo gira em torno da expedição organizada pelo etnólogo mais identificado com os índios brasileiros, por quem morreu em 1945, numa aldeia dos tukúna.

No romance, a presença de Rondon se faz sentir pela mensagem de estímulo e pelas lembranças dos caboclos e do médico que acompanham Nimuendajú à margem do Maicé-Mirim, onde edificaram seu baluarte de fôlhas de zinco. E' a presença interiorizada do líder, que orienta a ação de conquista pacífica e domina a revolta e o medo diante do perigo e da morte. Ao traçar o perfil de Rondon e ao avaliar a importância e repercussão de sua obra na *Revista do Museu Paulista* (Nova Série, Volume X, 1956-1958, págs. 283-293), o etnólogo Herbert Baldus já explicitara a dificuldade de conciliar a rigidez das idéias positivistas e evolucionistas do militar Rondon, com a flexibilidade demonstrada em sua atuação de sertanista e na receptividade a novas teorias e a novos colaboradores. Esses aspectos do criador do Serviço de Proteção aos Índios afloram através dos diálogos deste livro. Nêles transparece também o seu amor pelos animais, e em especial pelos cães, que Gastão Cruls já registrara em *A Amazônia que eu Vi (Óbidos-Tumucumaque)* (Rio de Janeiro. Typographia do Anuário do Brasil, 1930, págs. 76 e 148) e Esther de Viveiros em *Rondon conta a sua Vida* (Rio de Janeiro. Livraria São José, 1958, 299 págs.) e o conflito que sentiu entre esse amor aos animais e o pânico provocado por seus cães entre os índios. Ferreira de Castro recria o ambiente da vida na floresta, que Rondon descrevera ao relatar a expedição conjunta com Theodor Roosevelt, onde além da hostilidade dos índios, era preciso enfrentar piranhas hemófagas, crocodilos, sucuris, onças, mosquitos, febre, formigas venenosas, desintéria e fome. (Esther de Viveiros, *op. cit.*, págs. 376-425). Mas nem um nem outro atinge a intensidade do quadro apresentado por Claude Lévi-Strauss em *Tristes Tropiques*, (Paris. Librairie Plon, 1955, págs. 362-371, 388-394) esse livro único, que desafia qualquer classificação, onde o Autor procura, entre outras coisas, fazer um corte transversal da etnografia brasileira, depois de ter percorrido a região entre Cuiabá e o Rio Madeira.

Mas a personagem central do livro é Curt Nimuendajú (1883-1945), que em criança apaixonou-se, através de leituras, pelos índios e preparou-se durante a juventude, enquanto trabalhava na fábrica Zeiss de Jena, para vir ao seu encontro.

E este foi tão feliz que, em 1906, os guarani o tinham adotado e batizado seguindo os ritos de sua religião. Os índios tiveram nele um protetor compreensivo e

incansável. Durante os quarenta anos que a êles dedicou, suas contribuições científicas no campo da etnologia, da lingüística e da arqueologia abriram muitos caminhos a novos estudiosos, ainda não totalmente explorados (Egon Schaden, in *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 3, 1968, págs. 7-19). Mas não é uma tarefa simples dar vida ao retrato do etnólogo já doente, a empreender a pacificação de uma tribo muito temida, cercado por um grupo de homens que nem sempre o compreendiam e freqüentemente perturbavam o seu trabalho. O que apareceu no romance foi um homem distante e impassível, quase o estereótipo popular do cientista. E' bem verdade que o descreveram como pessoa arredia e de poucas palavras. Entretanto, um homem que depois de pacificar os parintintin e testemunhar o resultado disso para a tribo (o seu quase extermínio) declarou que nunca mais ajudaria a pacificar uma tribo; o homem para quem o português já não era a língua materna e que se dedicou pacientemente ao estudo das línguas de diferentes tribos, a fim de manter com os índios uma comunicação menos imperfeita; o homem que redigia Relatórios para o Serviço de Proteção aos Índios com aquela indignação contra os crimes dos "civilizados" que vitimavam os índios; o homem que, ao lado do rigor cada vez maior dos trabalhos científicos, não deixava de registrar o drama do jovem Yuruna de 20 anos, desprezado pela mulher que salvara da morte (16 anos), em favor de um seringueiro velho (que não era índio) (Relatório apresentado ao Serviço de Proteção aos Índios, em 18 de abril de 1940 in *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, Volume VI, 1952, págs. 427-453); esse homem tem uma estatura e uma vida interior que não chega a transparecer no chefe da expedição de *O instinto supremo*.

Apesar disso, se aceitarmos que a literatura pode contribuir para o estudo da História ou da Organização Social e Política, êste é um livro que deve ser incluído na bibliografia do estudo da Amazônia e de sua população.

MIRIAM LIFCHITZ MOREIRA LEITE

* *

*

FOLZ (Robert). — *The concept of Empire in Western Europe from the Fifth to the Fourteenth Century*. Edward Arnold Publishers. London. 1969. Tradução do francês por Sheila Ann Ogilvie. XIV + 232 páginas.

Êste livro de Robert Folz, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Dijon, examina o que a expressão "Império" significa para os povos da Europa Ocidental entre cerca de 476, quando o Império Romano do Ocidente chegou ao fim e 1356, quando Carlos IV publicou o chamado Editto Dourado. Mostra como os povos em áreas diferentes e em séculos diferentes desenvolveram concepções variadas de acordo com as circunstâncias, lugar e tempo: "Império" significou grandeza e poder; teve importância religiosa ou representou simplesmente tamanho. A luta entre a Igreja e o Estado, Papa e Imperador, continuou através de todo o período e, os pensamentos dos homens eram freqüentemente influenciados pelas personalidades em questão. Movimentos para reformar a Igreja ou para "renovar" o Império apareciam com intervalos mais ou menos regulares.

O Autor apresenta os fatos históricos tendo como referência escritos que foram conservados (literários, legais e registros), rituais litúrgicos e a evidência material como sejam moedas, pinturas e insígnias e, salienta que a evidência depende

dos literatos e não leva em consideração os pensamentos não registrados dos atores — guerreiros e o povo comum. Entretanto, ainda que o poder político e os desejos dos governantes, no período, tenham significado na formação do conceito, o “Império” como ideal humano, romântico e inspirador, foi seu aspecto mais importante. Acima de tudo, à despeito da luta interna que levou à sua final dissolução, teve uma notável influência unificadora entre os povos desses tempos e por sua vez, mais tarde, afetou a evolução das futuras nações-estados.

CONTEÚDO.

Livro I. — *Os principais elementos do conceito medieval de Império.*

1. — Como o conceito de Império sobreviveu à queda do Império Romano Ocidental.
2. — O conceito de Império no tempo de Carlos Magno e o renascimento do Império Ocidental.
3. — Vicissitudes do conceito de Império no século IX.

Livro II. — *Extensão e fragmentação da noção de Império.*

4. — A diversidade do século X: o segundo renascimento do Império.
5. — O conceito de Império nos Estados Ibéricos.

Livro III. — *Tentativas de uma síntese: o Império entre a teoria e a realidade.*

6. — A era otomana e sália.
7. — O conceito de Império e Papado.
8. — O conceito de Império como instituição romana.
9. — A doutrina e a mística de Império no tempo dos Hohenstaufens

Livro IV. — *O conceito de Império acima da realidade.*

10. — O conceito de Império como instituição romana no tempo do Grande Interregno (1250-1268).
11. — A controvérsia sobre o conceito de Império.
12. — O conceito de Império no limiar dos Tempos Modernos.

Documentos.

Cronologias.

Índices.

E. S. P.

* * *

*

CAMPOS (Fernando Arruda). — *Tomismo e neotomismo no Brasil.* São Paulo. Editorial Grijalbo. 1968, 242 págs.

Depois de proporcionar-nos a excelente trilogia sobre a história das idéias no Brasil (filosóficas, religiosas e estéticas), a Editorial Grijalbo, voltada mais uma vez para a história da filosofia, apresenta-nos a obra em epígrafe, logo após o trabalho da Professora Acerboni sobre a filosofia contemporânea. O presente ensaio, como o próprio autor reconhece e proclama, é despretensioso e quer ser mais informativo do que crítico. Mas é, acima de tudo, prova de trabalho acurado, paciente, rico de honestidade intelectual e oportuno. A apresentação dos diversos matizes que tomou e vem tomando o pensamento tomista entre nós ajuda-nos a entender que o Tomismo é, antes de mais nada, fidelidade à intenção do mestre, isto é, ao dinamismo de seu espírito, aberto à verdade, capaz de libertar os acon-

tecimentos e dados novos na emergente dimensão do mesmo ser. *Tomismo e neotomismo no Brasil*, como observa o apresentador do volume, é obra que não só enriquece a bibliografia filosófica brasileira como alenta a própria filosofia praticada entre nós.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* * *

*

BRAUDEL (Fernand). — *Civilisation matérielle et capitalisme. XVe-XVIIIe siècles*. Paris. Armand Colin. 1967. 464 págs. Coleção "Destins du Monde".

Este livro nos faz penetrar no cerne de uma época que nos é próxima no tempo, mas muito longínqua si considerarmos as profundas mudanças operadas na existência dos homens entre os séculos XVI e XVIII. Lendo esse livro empreendemos uma viagem a um outro universo onde a realidade da vida cotidiana não apresenta as mesmas cores que atualmente.

Ainda pouco numerosos, os *homens* multiplicaram-se por dois, pelo menos nesses quatro séculos; a maré demográfica foi muitas vezes dramática, porque o número dos participantes aumentou mais depressa que a massa dos bens de consumo.

Os diversos aspectos da sua existência são estudados na Europa, na África, na Ásia, na América na sua primeira idade colonial, tanto quando se trata de uma vida elementar e monótona — o nível zero da história — tanto quando das exceções brilhantes de luxo e de privilégio, que, por contraste, esclarecem cuamente a massa dos humildes: camponeses, mineiros, artesãos, equipagens de navios, além dos aguadeiros e mariolas.

Na mesma base da vida, havia a *alimentação*, que separa as civilizações: comedores de trigo, de arroz ou de milho, comedores de carne e comedores de pão, esse precioso pão do Ocidente com as suas inumeráveis variedades. Esse quadro contém sombras espantosas: períodos de penúria seguidos de seus corolários, as epidemias e suas tremendas hecatombes.

Depois, no correr das páginas, surgem numerosos detalhes sobre a *vida cotidiana*: o vinho e o álcool, o papel dos "dopantes" (chocolate, chá, café, tabaco), a casa e o móvel, as vestes e seu significado universal (na China, os acessórios das vestes mostram o grau social do personagem) e as mil e uma dissonâncias de um luxo que não tem nada a haver com o conforto: num apartamento principesco, o imperador Maximiliano I come com seus dedos, e com uma única taça serve a todos os convidados...

Enfim, as *técnicas*, tão lentas em se aperfeiçoar e a *moeda*, velha como o Mundo; esses temas, que teriam podidos ser áridos, são tratados com maestria num dos melhores capítulos do livro. A evocação das cidades, do Oriente ou do Ocidente, formigantes e egoistas, encerra este primeiro tomo. O segundo será consagrado ao capitalismo propriamente dito.

Para esboçar esse imenso afresco, o Autor soube vestir o seu rigor de historiador com os encantos de um escritor de raça uma linguagem pessoal, uma imaginação de visionário que não deixará de emocionar o leitor, pela vibração sub-jacente de uma sensibilidade febricitante. Fernando Braudel, é desde 1950 professor

do Colégio de França, onde ocupa a cadeira de História da civilização moderna. Sua tese sobre o *Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II* teve um sucesso internacional e acaba de ser reeditada. Ele dirige a VI Seção da Escola Prática de Altos Estudos e a revista *Annales (Économies, Sociétés, Civilisations)*, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch, bem conhecidos de todos os historiadores.

A obra apresenta ainda 200 ilustrações tiradas muitas vezes de arquivos não explorados ainda: pranchas coloridas e em preto e branco, desenhos a tiação, mapas e gráficos evocando numa maneira agradável as flutuações da vida material durante quatro séculos.

M. R. C. R.

* * *

LIVERMORE (H. V.). — *A New History of Portugal*. Cambridge, At the University Press, 1969.

A New History of Portugal não apresenta problemática original, pois limita-se a uma narrativa da História de Portugal desde as suas origens até os tempos atuais.

O autor, que é professor de Português e Espanhol da *University of British Columbia* em Vancouver, Canadá, tomou como base de suas reflexões a vida do grupo social, pois acha que a história de uma nação está calcada na história da sociedade. Ele dá maior importância aos aspectos políticos do que aos econômicos, considerando os primeiros como básicos para o estudo de qualquer época da História. Ora, para a sociedade, todos os períodos são importantes, embora possam ser diferentemente ininteressantes para certos historiadores ou leitores.

Livermore, conforme ele próprio esclarece, fez suas pesquisas em língua portuguesa, pois conhece nosso idioma; tendo morado em Portugal, interessou-se por sua história. Seu livro é sério, bem escrito e documentado, embora tenha um caráter mais descritivo que interpretativo.

Sente-se que se tem em mãos obra de síntese e não específica. O 1º capítulo é uma Introdução em que Portugal é situado geograficamente. A partir daí inicia-se a História de Portugal, com o 2º capítulo, que é intitulado de: "As origens de Portugal" e vai até a Reconquista, sendo bastante sucinto, embora enfatize um pouco mais a Pré-História e o Reinado dos Suábios. Segue-se uma série de capítulos, didaticamente os principais períodos da História Portuguesa: a "Monarquia Agrária" que vai desde a fundação de Portugal até 1383 quando cai a dinastia de Borgonha; seguindo-se-lhe a "Casa de Avis"; "A Monarquia Renascentista", que é bem valorizada por se tratar do século XVI, de importância decisiva para a História de Portugal; nesse capítulo são feitas várias referências ao Brasil. A primeira delas quando fala das viagens de descobrimento e, especificamente, sobre o reinado de D. Manuel I. Ocasão em que descreve a viagem de Pedro Álvares Cabral, a chegada dos portugueses ao nosso país, o que encontraram, os primeiros nomes dados à nova terra, etc. Continuando a série de capítulos temos ainda: "Os três Filipes" que trata do "Domínio Espanhol", a "Era do Absolutismo", "A Guerra Peninsular". Toda essa parte é mais resumida. A parte mais trabalhada é a que diz respeito aos séculos XIX e XX, pois pouca coisa foi escrita em língua inglesa sobre esse período. Assim, temos: "A implantação do Liberalismo" em que faz novas referências, embora não muitas, sobre Pedro I que, como se sabe, é o Pedro

IV de Portugal. Enfatiza sua abdicação em favor de seu filho, o futuro Pedro II e antes, a sua renúncia ao trono de Portugal em favor da sua filha Maria da Glória, Maria II de Portugal, cuja causa defendeu pessoalmente, na luta contra seu próprio irmão Miguel, que tentou usurpar-lhe o poder. Os últimos capítulos abordam ainda: “A Monarquia Constitucional”, e “A República” abrangendo os acontecimentos desde o governo provisório até os nossos dias. Abordagens que, por sua atualidade, têm também mais interesse.

Poderíamos fazer algumas restrições à obra de Livermore. Uma delas seria a apresentação de ilustrações ao final do livro. Teria sido melhor se o autor as tivesse colocado no decorrer do assunto abordado, o que facilitaria a compreensão. Note-se também, que as legendas deveriam ser mais elucidativas como nos livros didáticos de Mallet-Isaac.

A bibliografia, apesar de bem feita, dividida por períodos, não apresenta distinção entre os períodos e obras de referência. Sobre o Brasil não há, por razões que se desconhece, obra nenhuma citada. Dada a estrutura do livro, ir-punha-se incluir, dentre outros — *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e o *Esmeraldo de Situ Orbis*, de que existem traduções em outras línguas, inglês, espanhol, francês e principalmente o livro do Prof. Joaquim Barradas de Carvalho, editado em 1968, como um dos volumes da coleção da *Revista de História*.

Ainda devemos salientar a falta de um índice alfabético ao final do livro, poucas notas de rodapé e mais uma vez, a falta de legenda claras nos poucos mapas reproduzidos.

CAMILA FORJAZ CHRISTIANO DE SOUSA

* *
*

PARR (Charles McKew). — *The Voyages of David de Vries. Navigator and Adventurer whose writings reveal why the Dutch lost America to the English*. Thomas Y. Crowell Company. New York. 1969. 304 páginas e 24 ilustrações. US\$ 8.95.

A primeira metade do século XVII foi marcada por uma das maiores lutas da história quando a Inglaterra agressivamente tentava ganhar um império nas Américas à custa da Holanda. No centro desta luta, que o fim auxiliou a declinar a forma do mundo moderno, estava David De Vries, um extraordinário capitão holandês, mercador e aventureiro. Sua vida e fortuna, contada aqui vivamente por Charles McKew Parr, mostra o motivo dessa luta em termos dramáticos e proporciona um exame acurado das razões da aparente inabilidade dos holandeses em suportar a ameaça inglesa.

David De Vries, nascido em 1593 de família de marinheiros, pareceu desde o princípio destinado a uma vida de grandes aventuras. Com a idade de vinte e três anos foi capitão de seu primeiro navio, numa viagem aos locais holandeses de pesca de baleias perto do Círculo Ártico. Em 1618 navegou numa missão mercante no Mediterrâneo, onde experimentou o gosto de uma batalha, pela primeira vez, derrotando três galeras turcas. Durante a década de 1620, os empreendimentos de De Vries incluem a derrota de Solomon Reis, almirante holandês renegado que liderava piratas bérberes, serviço que executou tanto para os católicos como para os huguenotes, durante o conflito religioso que dividiu a França no reinado de Luís XIII; a sua carreira meteórica nas Índias Orientais Holandesas, onde serviu

como braço direito do Governador General Coen. Ainda que a súbita morte do governador precipitasse o fim das correrias de De Vries no Oriente, tentou executar muitas das reformas comerciais de Coen na Nova Holanda.

A primeira viagem de De Vries à América foi em 1632, quando tentou estabelecer um protetorado no Rio Delaware. Em seguida, durante 1630 e princípio de 1640, viajou longamente pelo Caribe e ao longo da costa oriental do que agora é os Estados Unidos, visitando os ingleses em Jamestown e os suecos no local onde hoje está Filadélfia, navegando pelo rio Hudson acima até às vizinhanças de Albany, e empreendendo uma missão diplomática na colônia inglesa de Hartford para o governo holandês de Fort Amsterdam.

Ao contar esta história extraordinária, Charles McKew Parr, usou sua própria tradução do *Diário de De Vries*, originalmente publicado em 1655 nos Países-Baixos. Até agora, apenas partes deste documento histórico foram publicadas na Inglaterra. É um documento significativo por ser rico em detalhes e observações perspicazes sobre a região e os habitantes do Novo Mundo. É a única narrativa, depois da de Henry Hudson, das viagens de um navegante holandês para a Nova Holanda no período da supremacia naval holandesa.

As *Viagens de David De Vries* é o terceiro volume de uma trilogia de Mr. Parr sobre a Idade dos Descobrimentos, no qual traça o nascimento do império português e a subsequente transferência do poder dos holandeses para os ingleses, através da narrativa da vida de três personalidades-chaves. Os dois primeiros livros da trilogia são *Fernando de Magalhães, Circumnavegador* e *Jan van Linschoten: o Marco Polo holandês*. Como De Vries, Charles McKew trabalhou diversos anos em comércio exportador e ao serviço governamental. Levou mais de cinco anos pesquisando a vida de David de Vries, a maior parte na Holanda, e viajando por onde ele navegou. Mr. Parr, estabeleceu sua residência em Chester, Connecticut, não longe do Rio Connecticut que De Vries navegou, e perto de onde, um dia, estavam os estabelecimentos da Casa da Esperança (agora Hartford) e das Colinas Vermelhas (agora New Haven) para as quais De Vries previu prosperidade.

O diário original foi publicado em 1655 por Symon Cornelisz em Alckmaer. O subtítulo estabelece que é uma pequena história de diversas viagens feitas por de Vries nas "quatro partes do mundo": Europa, África, Ásia e América.

É um pequeno volume de cento e noventa e duas páginas impressas e ilustrado por um retrato de De Vries e duas dezenas de mapas.

David De Vries voltou ao lar, pela última vez, em 1644, mas seu trabalho não foi publicado senão onze anos mais tarde. O diário e seu autor ficaram enterrados no esquecimento até que Velius referiu-se a eles brevemente em sua *Chronyk van Hoorn* em 1747 e, como também o fez Centen em sua *Historie van Enkhuizen* no mesmo ano. Hartsinck também citou-o em sua descrição da Guiana em 1770. O trabalho não foi ressuscitado até que historiadores norte-americanos, pesquisando em arquivos holandeses no século XIX, depararam com uma cópia há muito tempo enterrada e que desvendava muitas informações anteriormente desconhecidas com respeito à história pré-inglesa da Nova Holanda. Com as extraordinárias novidades do diário, os estudiosos americanos correram à Holanda para traduzir o trabalho para o inglês. Traduções parciais ou completas foram publicadas nos Estados Unidos por Brodhead e por H. C. Murphy em 1841 e 1853 e por J. F. Jameson em 1909. Agora temos a obra completa por Charles MacKew Parr, que merece ser lida.

* *
*

HOFSTADTER (R.), MILLER (W.), AARON (D.). — *The United States, the history of a Republic*, — 2nd edition, Copyright 1957, Prentice-Hall Inc., New Jersey, U.S.A., 1967.

A presente edição do livro, aparece revisada e modernizada pelos autores, que pretendem assim fornecer aos estudantes de cursos médios “desta geração”, “uma síntese da história americana”.

Da expansão europeia no século XV à administração Johnson nos Estados Unidos, a obra percorre em cerca de 900 páginas, mais de cinco séculos de história. A preocupação de fornecer uma imagem o mais possível completa do país americano não se restringe ao relacionamento América-Europa, mas também busca na pré-história a formação do elemento indígena do continente. A parte mais importante do livro é dedicada aos Estados Unidos como país independente, ênfase já explícito no sub-título.

Sem fugir à apresentação tradicional da evolução histórica americana, os autores tentam trazer informações para uma abordagem mais atual. Assim, entre temas como “General Jackson and his Times” e “The Southern Nation” encontra-se “America in Ferment”, onde percebe-se a intenção de precisar valores sociais tais como: mentalidade, literatura, arte e educação.

Apesar de não tentarem uma interpretação, certos trechos mostram a preocupação de frisar particularidades dentro de generalizações:

“*Democracy meant (to many, if not to all) social as well as political equality*”.

Demonstrando claramente a intenção de serem somente uma iniciação ao assunto, os 31 capítulos apresentam vasta bibliografia em língua inglesa, completada na parte final do livro por um Apêndice, que nos informa sobre bibliografia, periódicos e fontes. Encontramos aí, referências à história diplomática, militar, econômica, cultural e intelectual, entre outras. O Apêndice nos introduz também, a alguns documentos básicos da história política americana tais como: a Declaração de Independência, a Constituição dos Estados Unidos da América e a presidência, vice presidentes e membros de governos no período de 1789 a 1963.

Completam a obra mapas, ilustrações e fotografias.

M. STELLA BRESCIANI

* *
*

LAMBERT (Jacques). — *América Latina: estruturas sociais e instituições políticas*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo, Editora Nacional e Editora da Universidade de São Paulo. 1969. 435 págs. (Cultura, Sociedade, Educação, v. 2).

A América Latina insere-se definitivamente no contexto da atualidade como uma unidade sem par, com um presente de transição e com perspectivas futuras de longo alcance.

O estudo lúcido, profundo e inteligente que faz J. Lambert da evolução da tipologia, das contradições e das experiências latino-americanas no campo social e político, é realmente único na bibliografia contemporânea.

As estruturas sociais e econômicas da América Latina foram montadas a partir da colonização, quando a ilusão originada na grande quantidade de metais e de produtos agrícolas desembarcados nas Metrópoles fazia supor prosperidade e organização. “Muito bem explorada e muito mal desenvolvida” a América Latina foi arrastando sua letargia colonial e chegou às independências nacionais sem o preparo necessário para atividades econômicas diversificadas, bem assim para ideologias e instituições democráticas. Somente a partir da 2a. Grande Guerra, com o despertar das classes médias, com o crescimento industrial e populacional e com as repetidas agitações políticas é que a América Latina passou a projetar-se. Dividiu-a o Autor em “países já desenvolvidos” (Argentina, Uruguai e Chile), em “países desigualmente desenvolvidos” (Brasil, Colômbia, Venezuela e México) e “países subdesenvolvidos” (Paraguai, Bolívia, Perú, Equador, Guianas, Nicaragua, Honduras, Guatemala, São Salvador, Haiti e República Dominicana). Para os casos de Cuba, Costa Rica e Panamá usou a denominação “situações aberrantes” por seus contrastes, instabilidade de dados e absoluta impossibilidade de previsões.

São inevitáveis a instabilidade política, o atraso em relação à toda espécie de inovação social, política e econômica e os desarranjos de toda ordem nessa “penca” de países em tal situação de desenvolvimento.

A independência não teve seu terreno preparado e em muitas das nações o espírito da colonização perdura, e bastante. A estrutura social que se construiu foi a que permitiu aos colonizadores satisfazerem seu espírito de dominação, fôsse sobre os astecas e incas, fôsse sobre os negros escravos, nas regiões onde reavavam os indígenas (casos brasileiro e antilhano). E assim permaneceu após a independência, como nas formas de exploração econômica, nas formas de propriedade, no povoamento e na orientação das vias de comunicação. O que de mais nefasto o Autor vê em tal estado de coisas é a generalizada

“tendência de todos os que estão integrados na sociedade dominante herdeira dos colonizadores, ricos ou pobres, operários e empregados das cidades, funcionários ou burgueses — a encerrar como indígenas que devem ser governados, não só os ameríndios que permanecem em suas comunidades pré-colombianas, mas também todos os demais camponeses atrasados que ainda permanecem isolados, à margem da sociedade nacional” (pág. 79).

Insiste Lambert na discussão das “independências sem descolonização” e na “deteriorização das condições dos indígenas” após a emancipação política. A primeira parte continua a desenrolar-se (págs. 85 a 131) estudando o problema do grande proprietário e da responsabilidade dos latifúndios na morosidade da evolução social. A história social da América Latina pode toda ser traçada a partir dos latifúndios —

“grandes propriedades exploradas por métodos arcaicos e parcialmente explorados”.

O fato de ter a grande propriedade permitido a justaposição entre poder econômico e poder político trouxe para a América Latina características verdadeiramente medievais. O choque de tal regime com o capitalismo introduzido nos séculos XIX e XX foi inevitável e prejudicial. As origens do latifúndio, o tipo de trabalho, e as relações humanas que nele se desenvolvem são analisados para sedimentar o capítulo IV. Este demonstra claramente como e porque tal tipo

de regime econômico de terras pôde impedir a evolução social e como é urgente que se concretizem as reformas agrárias que vem sendo legisladas e tentadas nos diversos países em foco, notadamente a partir da década de 50.

A educação e a cultura só agora, e com certo constrangimento, vem sendo democratizadas e nacionalizadas. Parece difícil o desapêgo à valorização excessiva do ensino superior e do humanístico em detrimento do primário e do técnico-científico, e ao prestígio de certas profissões em relação a outras. Tal estrutura sufoca, de certo modo, os estudantes que encontram poucos caminhos profissionais. Não é por nada que

“constituem êles o elemento revolucionário ativo por excelência na América Latina” (pág. 142).

A vida política tem se caracterizado igualmente por conturbações, contrações e instabilidade. Mas a excessiva generalização é perigosa, tanto no que refere às durações (alguns países tem tido longos períodos de estabilidade política) quanto às comparações entre um e outro.

“Englobar num mesmo julgamento a vida política do Chile ou do Brasil e a da Bolívia ou do Haiti é tão legítimo quanto fazê-lo em relação à Inglaterra e aos países escandinavos, por um lado, e os países balcânicos, por outro” (pág. 146).

Encontrar a causa da instabilidade apenas na formação étnica (o espanhol ingovernável e o indígena e africano submissos) e generalizar o conceito de que a ditadura é uma necessidade social na América Latina, é raciocínio demasiado simplista que já não se justifica hoje. As revoluções e regimes autoritários, sobretudo militares, caracterizam, atualmente, em todo o mundo, os países em desenvolvimento

cuja estrutura econômica e social arcaica se transforma rapidamente sob a influência das técnicas e das ideologias emprestadas a países mais adiantados” (pág. 148).

Estas filosofias avançadas, desde os tempos coloniais, tem-se chocado com as estruturas sociais atrasadas latino-americanas, porisso os processos revolucionários e de centralização do poder foram difíceis.

O paradoxo é freqüente em quase todos os aspectos latino-americanos: a ditadura tem sido constante e constante tem sido a perseguição ao ideal democrático, em boa fé; aqui cabem às sociedades arcaicas e às evoluídas, a ignorância e as teorias filosófico-políticas avançadas. A dita corrupção e o conseqüente “papalório” burocrático, como um dos meios de evitá-la, a demagogia barata, a falta de convergência da opinião pública, são muito bem analisados pelo Autor, êsse francês profundamente conhecedor dessa idiosincrasia latino-americana, e que tão bem se nos aplica, a nós brasileiros.

Os partidos e as forças políticas ocupam alentada parte da obra e, parece-nos mesmo, ter sido a mais bem cuidada por Lambert (págs. 191 a 311). Coronelismo, caciquismo, caudilhismo e militarismo, sua origem; sua ação e poder que influem decisivamente nos partidos, nas eleições e no destino de nossas repúblicas, tornando, ô mais das vêzes, impotentes as forças da democracia ideal. Conservadores e reformadores, com tôdas as nuances e denominações que passam ter,

atuam na América Latina. O sindicalismo, os partidos populistas, a democracia cristã e o comunismo são forças nevrálgicas na Ibero América de nossos dias. O afastamento das antigas oligarquias parece ser ideal comum e tem gerado o

“movimento pendular das intervenções militar contemporâneas”.
E num precioso “Quadro das principais intervenções militares na política latino-americana de 1930 a 1962”.

O Autor mostra-nos uma a uma, por ano, por país, natureza da intervenção e sua tendência ideológica.

O federalismo artificial que se impôs na América, unindo regiões díspares, quer geográfica, quer sócio-econômicamente falando, é apresentado desde seus fundamentos históricos. Seus casos particulares são vistos em detalhe (Venezuela, Argentina, México e Brasil) e em suas semelhanças e diferenças com o norte-americano. Sôbre as administrações locais tem sido freqüentes as intervenções federais. O que fica claramente demonstrado na América Latina é a tendência à “preponderância presidencial”, e que Lambert procura distinguir de “regime presidencialista”. Estabelece-se com isso uma “ruptura do equilíbrio entre os poderes em favor do presidente”.

“O vício inerente ao regime de preponderância presidencial na América Latina não é, como se afirma muitas vezes, sua capacidade de engendrar as ditaduras, pois elas se produziriam do mesmo modo, e mais facilmente sob outros regimes; mas sim o de prestar-se a dissimular as ditaduras sob formas constitucionais, que o ditador não é obrigado a violar abertamente. Pode acontecer que a diferença entre um presidente que respeita a Constituição e um ditador esteja menos na extensão dos poderes de que dispõe, do que no uso que faz desses poderes: apenas o último age arbitrariamente, mas um e outro podem ser igualmente autoritários” (pág. 376).

As particularidades dos sistemas eleitorais respectivamente (sufrágio universal, partidos oficiais, continuismo) ligados a essa preponderância, os ministérios, as nomeações, os vetos presidenciais e as suspensões das garantias constitucionais são analisados pelo Autor, com inúmeros exemplos, nos diversos países em estudo. O impacto que sofre o poder legislativo e os fatores sociais que geram a preponderância presidencial são os temas dos capítulos que se seguem e fazem-no chegar à conclusão de que

“enquanto não se resolver a contradição entre as ideologias e as estruturas, é inevitável que a vida política latino-americana seja perturbada, e inevitável sobretudo, que, em países onde a mudança deve ser tão profunda e tão rápida, o poder executivo deva dispor de liberdade de ação bem maior do que nos países já desenvolvidos... Seriam vão os esforços obstinadamente realizados na maior parte da América Latina, se governantes dotados de amplos poderes não os utilizassem com mais energia para promover a ascensão de toda a população à cultura e aos modos de vida que, até o presente, têm sido privilégio da classe dirigente” (pág. 422).

Para a orientação bibliográfica uma apreciação à parte: realmente notável, um precioso levantamento, atualizadíssimo e minucioso, é-nos dado ao findar das grandes unidades do volume, por subtemas e por países. A orientação é completa, abrangendo repertórios bibliográficos, livros, artigos em periódicos e documentos oficiais. À parte do livro, pode esta Bibliografia por si só constituir um excelente guia para estudos políticos americanos.

Jacques Lambert, o notável autor de *Os dois Brasis* (Brasiliãna, 335, 2a. edição 1967), que já mostrara naquela obra o profundo conhecedor e, igualmente, profundo interessado em nossos problemas continentais, confirma com êste livro, acima de tudo político, sua capacidade de análise e de julgamento, sem par na bibliografia referente a tema de tão grande atualidade.

MANOEL LELO BELLOTTO

* * *

LAPA (José Roberto do Amaral). — *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo. 1968. Companhia Editôra Nacional. Coleção Brasiliãna nº 336. XXI + 382 páginas.

De *A Bahia e a Carreira da Índia*, a importante obra do Professor José Roberto do Amaral Lapa, praticamente já se disse o que merecia ser dito. Boxer, Mollat, Chaunu, Iglésias, entre outros, grandes historiadores brasileiros e estrangeiros, todos especialistas no campo da História Econômica, manifestaram-se, não regateando louvores ao exaustivo trabalho de pesquisa que o historiador campineiro empreendeu e que acaba de ser publicado como volume 338 da importante coleção "Brasiliãna", um trabalho que, antes de tudo, revelou coragem, "coragem de se meter por um campo mal desbravado antes", como dêle disse o eminente historiador português Serafim Leite. E ainda na apreciação do ilustre jesuíta é que encontramos a melhor recompensa para o trabalho de Amaral Lapa: o seu livro "vai constituir para o futuro a baliza número um". Resistindo à sedução de assuntos mais fáceis, com documentação mais acessível e que, certamente, serviria de sobejo para a finalidade a que se propôs, Amaral Lapa preferiu enveredar por uma senda mais áspera, valorizando extraordinariamente o título que pretendeu com o trabalho. Produziu uma obra que ficará na bibliografia histórica brasileira, "padrão de trabalho histórico, impondo-se pelo tema, pelo método, pela pesquisa, pela inteligência", como dela disse o professor Francisco Iglésias, da Universidade de Minas Gerais.

Considero um dos maiores títulos de minha já longa carreira de professor universitário o ter participado do júri que apreciou públicamente o trabalho de Amaral Lapa, pois originalmente êle foi apresentado como tese para o seu doutoramento em História, e eu me recordo com alegria daquela memorável tarde de 22 de abril de 1966 na Faculdade de Filosofia de Marília, quando, na companhia honrosa de Sérgio Buarque de Holanda, Francisco Iglésias, Olga Pawlão e do saudoso Wanderley Pinho, demonstramos, de público, nosso regozijo pelo trabalho que nos era oferecido a exame e apreciação. Um colega de Universidade, referindo-se ao trabalho de Amaral Lapa, estranhou: "Um trabalho tão importante para um simples doutoramento?" Sim. O caso é que Lapa, valorizando imensamente êsse "simples" doutoramento, deu uma lição de mestre a muita gente que, em busca de um carreirismo fácil, não tem titubeado em cometer as maiores "vigarices" não só em doutoramentos, mas o que é mais grave — até em concursos de cátedra! Essa a grande lição de Amaral Lapa: para o seu noviciado em História, apresentou obra de mestre, começando por onde a maioria acaba, ou melhor, por onde a maioria ... nem chega a atingir.

Apresentando *A Bahia e a carreira da Índia*, escreve Américo Jacobina Lacombe, responsável pela coleção "Brasiliãna": "Eis aqui um livro que enche de

alegria os estudiosos de História no Brasil por vários motivos. O primeiro é que êle representa uma fase nova na pesquisa. Não se trata mais de improvisar trabalhos extraídos de livros anteriores, encarando uma ou outra faceta, mas de material nôvo, extraído de fontes documentais, apurado, selecionado e ordenado com a mais rigorosa técnica científica, iluminando um aspecto até agora não encarado em nossa formação econômica e política. O segundo é que êle representa o resultado de uma colaboração de esforços de entidades portuguesas e brasileiras: a benemerita Fundação Calouste Gulbenkian, que proporcionou ao autor a possibilidade de acesso às principais fontes de informação documental, as direções dos arquivos portugueses e brasileiros e finalmente a Faculdade de Filosofia, de Marília, padrão de cultura no interior do país. De tôdas essas entidades recolheu o autor os elementos com que elaborou esta síntese que há alguns poucos de anos seria irrealizável. Tudo isso vem provar que é possível confiar na nova geração de historiadores. Ela tem capacidade de produzir e está conquistando os meios de aproximar-se das fontes de informação e de elaboração de trabalhos substanciosos. Acabou-se a era das improvisações e das compilações descoordenadas. Através dêste estudo começa-se a compreender o milagre da resistência, no meio de tantos obstáculos, do periclitante império comercial português, e o papel principal que nele representou o Brasil, não só pela sua posição geográfica, mas pelas riquezas com que veio engrossar a circulação de mercadorias. Nesse conjunto destaca-se — prova o autor à saciedade — o papel da Bahia como peça integrante e integradora dos quadros mercantis lusitanos. Trata-se, pois, de um estudo relevante de geografia histórica, de história econômica e história política, autêntico trabalho piloto que despertará muitos estudos complementares, pela sua originalidade e por sua indiscutível, serena e objetiva autenticidade”.

Pena que êste trecho esteja na “orelha” da capa, que o encadernador certamente cortará se mandarmos encadernar o livro. Deveria estar no texto, para que não se perdesse.

Uma vez que a crítica especializada já se manifestou sôbre *A Bahia e a carreira da Índia*, resta-me apenas, agora, externar minha satisfação por ver o trabalho de Amaral Lapa incluído na coleção “Brasiliana”, da Companhia Editora Nacional. Os que têm alguma familiaridade com estudos brasileiros sabem o que representa essa coleção no panorama da cultura brasileira. Fundada por Fernando de Azevedo em fins de 1931, a “Brasiliana” tornou-se logo reconhecidamente a mais vasta e variada coleção de estudos brasileiros, instrumento obrigatório de consulta a todos quantos, professôres e estudantes, se interessassem por qualquer setor da cultura vinculado ao nosso país. Sua apresentação, facilmente identificável em qualquer livreria ou biblioteca, estampava na capa o perfil estrelado do mapa do Brasil a duas côres, e por mais de trezentos volumes conservou a mesma capa, variando apenas as côres. Sômente a partir do volume 320 sofreu modificação na sua já tradicional apresentação. Seu campo de interesse foi sempre o mais variado: história, economia, política, geografia, biografias, sociologia, etnologia, lingüística, ciências naturais, relatos de viagens, enfim, tudo o que fôsse de interesse para a cultura brasileira. Publicado o primeiro volume em fins de 1931 (*Figuras do Império e outros ensaios*, de Batista Pereira), pouco mais de um lustro depois alcançava a primeira centena de volumes e ao completar a primeira década lançava o volume 200, escolhendo-se para esta comemoração a grande obra de Hartt sôbre a geologia e a geografia física do Brasil. De então para cá, o ritmo editorial diminuiu, publicando nos vinte e cinco anos subseqüentes menos

do que foi publicado no primeiro decênio. Últimamente retomou aleitado ritmo, estando atualmente com mais de 340 volumes. Por ela responde hoje Américo Jacobina Lacombe, chamado a substituir seu fundador quando Fernando de Azevedo, em virtude de compromissos com a Universidade de São Paulo, não pôde continuar com encargos junto à grande editôra.

Essa, a importante coleção que acaba de ser enriquecida com o valioso trabalho do historiador campineiro José Roberto do Amaral Lapa, atualmente professor da Cadeira de História do Brasil da Faculdade de Filosofia de Marília. Interessado igualmente na história de sua cidade, Amaral Lapa tem em preparo alguns trabalhos sobre Campinas. Algumas primícias já nos foram reveladas em publicações periódicas. Aguardamos para breve o trabalho definitivo.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* *
*

ARAÚJO FILHO (José Ribeiro de). — *Santos, o pôrto do café*. Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Geografia. 1969. 200 páginas: (Biblioteca Geográfica Brasileira, volume 24).

Historiadores e geógrafos voltam-se para o estudo dos portos. É significativo o número de trabalhos, no campo da pesquisa histórica, procurando reconstituir o interesse e a importância dos portos do complexo do Atlântico, indispensável para o estudo da história econômica moderna. Um historiador brasileiro — o Professor José Ribeiro do Amaral Lapa — acaba de dar um exemplo em nosso país, ao estudar a função do pôrto da Bahia nas “carreiras da Índia”. No Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, igualmente, pesquisas vêm sendo feitas sobre a geografia portuária e pelo menos três importantes portos brasileiros já foram estudados. Vem a lume, em primeiro lugar, o importante trabalho de Araújo Filho, originalmente uma tese de livre-docência apresentada à Cadeira de Geografia do Brasil da Universidade de São Paulo. Sua vivência com a baixada já vem de longe, como o prova a simples relação dos trabalhos que publicou. Neste seu novo livro, primorosamente impresso e ricamente documentado, procura “caracterizar as funções econômicas do pôrto brasileiro que no último quarto do século atingiu o maior nível de movimentação”. Sendo impossível desligar o estudo do pôrto de Santos em relação à análise do comércio do café — lembra ainda o autor — “será preocupação nossa esmiuçar, tanto quanto possível, a estrutura da comercialização do principal produto de exportação do país. Tentaremos, outrossim, estabelecer as diferentes áreas de influência do grande pôrto, sua hinterlândia imediata, sua hinterlândia específica (área cafeeira) e suas hinterlândias conflitantes. Ainda que o tema central da pesquisa seja a análise do pôrto que detém o alto comércio do café, será também preocupação nossa demonstrar o extraordinário aumento e diversificação do setor importação, particularmente no que diz respeito aos granéis líquidos e sólidos. Evidentemente, tais modificações qualitativas e quantitativas que ocorreram a partir do entremeio das duas grandes guerras, mas que se acentuaram nos últimos vinte anos, devem-se à explosão desenvolvimentista da era industrial paulista e do *core* geo-econômico do Brasil de sudeste e, *latu senso*, do próprio centro-sul brasileiro. Forçosamente tais metas nos obrigam a considerar básico sempre que necessário o famoso binômio São Paulo-Santos” (da introdução).

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* *

*

BASTIDE (Roger). — *Brasil, terra de contrastes*. Difusão Européia do Livro. 2a. Edição. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Coleção "Corpo e Alma do Brasil".

A Difusão Européia do Livro foi muito feliz ao encetar a formação da coletânea "Corpo e Alma do Brasil". O volume inicial, publicado em 1957, era de autoria de Pierre Monbeig e versava sobre *Novos estudos de geografia humana brasileira*. Com o caminhar dos anos novos volumes apareceram, somando na atualidade cerca de vinte e nove publicações.

O segundo volume da referida coleção vinha a lume em 1959, colocando em língua vernácula a obra de Roger Bastide a propósito do *Brasil, terra de contrastes*. Essa obra, traduzida por Maria Isaura Pereira de Queiroz que, naquela época, já se apresentava como "brilhante socióloga" nas linhas prefaciais redigidas por Paulo Duarte. Na atualidade, a tradutora nada mais fez que estabelecer uma das carreiras mais brilhantes entre os sociólogos brasileiros, notabilizada especialmente por seus cursos na Sorbonne e na Universidade de Laval, em Québec.

A presente contribuição de Bastide, que nos vem em segunda edição, é obra que retrata o Brasil de corpo inteiro. Todavia, a unidade nacional é analisada e ressaltada pelas diversidades regionais. Partindo por esquematizar a formação histórica brasileira, passa imediatamente a caracterizar as nuances das regiões brasileiras. O critério utilizado na distinção das regiões está longe de ser empregado pelos geógrafos; a regionalização baseia-se principalmente nos aspectos culturais. Tomando como norma esta perspectiva, Roger Bastide nos oferece notável contribuição para o estudo das regiões culturais do nosso território.

Seria supérfluo e tentativa inócua, numa pequena nota informativa, querer analisar profundamente a obra de Roger Bastide, rica em observações sagazes. Já na introdução, percebe-se quanto o autor francês compreendeu o condicionamento geográfico brasileiro, formado por regiões amplas e relativamente homogêneas, sem aquela compartimentação morfoestrutural de pequenas unidades, tão comuns ao europeu. As suas palavras dizem bem que "malgrado as oposições, o viajante percorre enormes distâncias sem que a paisagem se modifique, dando a impressão de uma natureza sempre igual a si mesma. E' preciso viajar centenas de quilômetros de avião para passar de uma para outra dessas províncias. Monotonia nos contrastes. Uniformidade nas oposições". Estas palavras nos fazem lembrar de observação semelhante enunciada por Leo Waibel, geógrafo alemão, em suas andanças e "aprendizagem" no Brasil.

No decorrer da leitura, o leitor encantar-se-á com as descrições precisas e observações oportunas que o autor faz a propósito dos usos e costumes, das maneiras de agir e pensar, de nossos habitantes da Amazônia, dos canaviais nordestinos e do Recôncavo baiano, do sertão nordestino, das antigas áreas mineradoras de Minas Gerais, das terras conquistadas pelo café e das plagas colonizadas pelo imigrantes, além daquelas ocupadas pelo Pampa. Duas cidades também são postas em confrônto: São Paulo e Rio de Janeiro, a primeira estendendo pelos interflúvios e fugindo das planícies, a segunda espraiando-se pelas planícies e deixando os morros desocupados. Por último, os capítulos finais tratam da unidade dos problemas brasileiros e a posição que o Brasil ocupa dentro do mundo.

Na literatura sociológica a respeito do Brasil, a obra de Bastide, juntamente com a de Jacques Lambert — *Os dois Brasis* —, avulta sobremaneira. As duas obras citadas, publicadas na mesma época, forjaram uma compreensão nova da realidade brasileira, dando-nos uma visão perfeitamente válida nos dias que correm. O necessário era simplesmente atualizar os dados estatísticos e os fatos concernentes a pequenas áreas. Na reedição da obra de Roger Bastide, a atualização dos dados esteve a cargo de Cecília Carmen Pontes Durão Coelho, que o fez em várias notas de rodapé.

ANTÔNIO CHRISTOFOLETTI

* *
*

MONBEIG (Pierre). — *O Brasil*. Tradução de Hélio de Souza e Gisela Stock de Souza. 3a. edição de acôrdo com a 3a. edição francesa, revista e atualizada. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969. 132 págs. (Coleção "Saber atual", volume 1).

Para inaugurar a coleção *Saber atual*, destinada a divulgar no Brasil os volumes que integram a conhecida coleção *Que sais-je?* da Presses Universitaires de France, a Difusão Européia do Livro escolheu *Le Brésil*, de Pierre Monbeig, que havia sido publicado como nº 628 da coleção original francesa. Da primitiva tradução, de 1954, desincumbiu-se o Prof. Dirceu Lino de Matos. No prefácio dessa primeira edição, lembrava Monbeig que seu "livrinho" não fôra concebido para servir às necessidades de um leitor brasileiro, mas para tornar conhecido ao leitor francês o que é o Brasil de hoje. Acontece, entretanto, que seu "livrinho" serve à maravilha ao leitor brasileiro, pois, com sua grande experiência de Brasil, experiência que continuou alimentando depois de retornar à França, Monbeig oferece-nos o que poderíamos considerar a melhor introdução geográfica à história brasileira. Ausente das livrarias por muito tempo, não quis o autor que êle fôsse reeditado sem a necessária atualização, o que só recentemente se fez ao publicar-se em França a terceira edição, da qual entendeu a editôra brasileira fazer uma nova tradução, que temos o prazer de registrar. Em suma, um oqueño grande livro, que não nos cansamos de recomendar aos nossos estudantes.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* *
*

BAENA (Antônio). — *Compêndio das éras da Provincia do Pará, Colôção Amazônica*. Série José Veríssimo. Universidade Federal do Pará. Belém, 1969.

Antônio Ladislau Monteiro Baena era português de nascimento, tendo passado 68 anos de sua vida no Pará, ali servindo em diferentes postos da carreira militar, tendo ainda estendido sua atividade pública a várias iniciativas, além do que se envolveu em agitações locais do século XIX, sempre se colocando ao lado dos interesses portugueses, o que lhe valeu inclusive sua condenação à morte, posteriormente comutada.

Cronista da história paraense, sua bibliografia é numerosa, destacando-se o livro que aqui se resenha e o "Ensaio Corográfico do Estado do Pará". Pela soma de informações que êsses títulos reúnem representam fonte indispensável de consulta para a história da Amazônia.

Distinguindo-se sobremaneira entre as suas demais congêneres nesse sentido, a Universidade Federal do Pará houve por bem, em 1963, através do seu Reitor José da Silveira, entregar ao prof. Artur César Ferreira Reis a direção da “Coleção Amazônica” (Série José Veríssimo) destinada a abrigar livros de História, e que então se iniciou com o lançamento dos dois volumes da *História do Pará*, de Ernesto Cruz, a que se seguiram, em 1968, os dois volumes de *Belém — Estudo de Geografia Urbana*, de Antônio da Rocha Pentecado e agora, em 1969, o *Compêndio das éras da Província do Pará* de Antônio Baena, estando ainda programado o próximo lançamento da obra *Fomento ultramarino e mercantilismo: A Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*, de Manuel Nunes Dias.

Como é óbvio, êsse programa editorial preenche no campo histórico finalidades de grande significação, colocando ao alcance de estudantes e estudiosos ao mesmo tempo obras raras e estudos modernos sobre a história local e regional. Se cada Universidade brasileira se lançasse a um programa dessa ordem, atendendo interesses locais e nacionais, estaríamos em curto espaço de tempo dispendo de uma biblioteca excepcional, com racionalidade de recursos, evitando a dispersão, as obras de baixo nível literário e científico e outras ocorrências que tanto oneram as edições universitárias entre nós. Preparar-se-iam, dessa maneira, as condições mínimas para a elevação do padrão científico de trabalho dos estudiosos da História ligados à Universidade brasileira.

O *Compêndio das éras* que se inicia em 1615, quando a 12 de janeiro ancorava na baía chamada pelos tupinambá de Paraná-Guaçu uma frota portuguesa conduzindo Francisco Caldeira de Castelo Branco, investido de poderes especiais para promover a conquista da Amazônia, termina com o registro dos meses de março e agosto de 1823, quando o Pará é província do Brasil independente. Trata-se de um sumário registro dos principais acontecimentos locais, em estrita observação cronológica, destacando as gestões dos governadores que se sucederam à frente da administração do Pará.

Geralmente minucioso e bem informado, Baena nos oferece um acervo de dados, incluindo nomes, datas e fatos, na enumeração e descrição dos quais se demora apenas o suficiente para dar ao leitor uma idéia sumária do que relata. E' um tipo de trabalho que se aproxima portanto das *Efemérides* feitas por cronistas e historiadores, gênero êsse que por diversos motivos constitui algo de bastante válido como instrumento de consulta para o estudioso da História. Embora não tenha escapado de várias retificações às suas afirmações, feitas principalmente por Manuel de Melo Cardoso Barata em seus *Apointamentos para as efemérides paraenses*, Baena mostra-se um bom repórter, cuja prospeção resulta numa crônica histórica de grande utilidade para os que desejam conhecer em seus detalhes a História do Norte da colônia.

JOSÉ ROBERTO DO AMARAL LAPA

* * *

FREIRE (Gilberto). — *Contribuição para uma Sociologia da Biografia (O exemplo de Luiz de Albuquerque, governador de Mato Grosso no fim do século XVIII)*, 2 volumes, Academia Internacional de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1968.

E' bem possível que esta obra não chegue a ter no Brasil a divulgação que ela merece, contribuindo para tanto o fato de, possivelmente, não dispor a entida-

de responsável pela sua edição dos recursos e da prática de divulgação e distribuição que normalmente tem uma editora comercial. E' por esse motivo, a que se junta a importância do estudo pela natureza do seu tema, como pela documentação que o fundamentou e que se insere em grande parte no segundo volume, que fazemos este registro, que é bem menos do que uma resenha.

No primeiro volume procura o autor realçar a figura do fidalgo Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres que governou a capitania de Mato Grosso por 7 anos, no século XVIII, apontando nesse sentido o seu desempenho administrativo, a eficiência de sua ação diplomática num momento de tensões fronteiriças com a América Espanhola, as facilidades que concedeu ao comércio, as providências que adotou para a defesa territorial, além de outros aspectos do seu governo. Essa dissertação é marcada pela teoria do luso-tropicalismo que o autor expõe com a sua peculiar maneira de escrever, fazendo largas concessões à imaginação.

O retrato que nos fica de Luiz Cáceres lhe é favorável e há nesse sentido um considerável esforço de Gilberto Freire em compreender e interpretar o biografado, repetindo-se propositadamente segundo é seu vêzo.

Queremos nos deter apenas em um ponto que nos parece merecer maior realce diante das afirmações do autor nesse sentido. Ao procurar demonstrar que D. Luiz Cáceres optou pelo trabalho do negro africano, o autor coteja este com a colaboração do índio que, embora conhecendo melhor a água e a mata em relação ao escravo da África, era levado por esse mesmo conhecimento à fuga. Assim, preferiu-se o negro sedentário ao índio nômade menos afeito a um trabalho contínuo e complexo, como o da construção do Forte Príncipe da Beira, por exemplo (pág. 62), assunto que volta a abordar à pág. 98, considerando aquela opção do Governador "tão antropológicamente quanto ecológicamente significativa". Vai mais além com uma frase que parece concluir o seu pensamento, ao afirmar que sem o negro, "só com o ameríndio, Luiz não teria realizado no Brasil a obra que realizou" (pág. 63), que a nosso ver admite uma recíproca verdadeira, *i. e.*, que sem o índio, só com o escravo africano, aquêle governador jamais conseguiria fazer o que fez... Entretanto, o próprio autor reconhece mais adiante a contribuição indígena que "tornou possível a sua obra (do governador) caracteristicamente luso-tropical" (pág. 207), além de enaltecer (pág. 190) o tratamento que aquêle administrador dispensou aos índios, quando o autor procura imaginar Luiz de Cáceres envolvido em uniões ilícitas com as índias.

Quer-nos parecer que no Centro Oeste, como na área amazônica, a presença e a contribuição indígena em face da africana ainda estão à espera dos estudos com fundamentação documental que as coloquem em seu devido lugar.

No caso de Mato Grosso, o trabalho indígena na navegação fluvial, fator indispensável ao abastecimento e comércio da capitania pelo seu isolamento em relação ao litoral, foi testado ao longo dos anos e dos séculos como insubstituível.

Como excelentes remeiros, construtores rápidos e práticos dos barcos, muitas vêzes ao longo de demoradas jornadas, como pela resistência e força física que as remadas dos grandes barcos carregados exigiam, pelo conhecimento profundo dos rios e da arte de navegá-los, escolhendo os canais favoráveis no labirinto das cachoeiras, fazendo girar as canoas ou estivando para permitir o seu transporte por terra ou por cima das pedras, praticando a navegação à sirga, sabendo tirar da fauna e da flora, ao longo das viagens, os remédios às moléstias que assaltavam os comboieiros, às mordeduras de cobras e outros males, remédios esses que, se-

gundo os depoimentos da época, curavam melhor que a botica européia, também indefectível nas viagens, os indígenas não encontravam quem com elles competisse.

Em viagens que chegavam a ultrapassar um ano, transportando gentes, armas, víveres e manufaturas, inclusive material pesado necessário a uma série de finalidades, como por exemplo à construção das fortalezas, os indígenas tornaram indispensável o seu concurso.

O capítulo das ligações fluviais de Mato Grosso com o Pará que ainda tanto nos poderá revelar, mostrando que o tema das monções está longe de se ter esgotado, confirmará o realce da contribuição indígena.

Quanto às fugas, para as quais realmente a proximidade e conhecimento da selva era um convite, convite o era também para os escravos africanos, e prova disto temos no problema permanente de fugas de negros para a América espanhola que tiveram de enfrentar as autoridades de Mato Grosso, inclusive o Governador Luiz Cáceres.

Mas, vejamos no trabalho sedentário e continuado, onde está consagrada em boa parte da literatura antropológica, sociológica e histórica brasileira a falta de adaptação do gentio. Ela não foi total, particularmente na área e na época que são objetos destas considerações. Seria suficiente atentar para os conflitos entre os colonos e os jesuítas, estes sempre acusados de desviar a mão-de-obra indígena das roças para as aldeias, para verificarmos a presença do índio no trabalho sedentário. Prova concreta temos no fato de que, em 1750, de tôdas as fazendas chamadas "dos pantanais", na região de Cuiabá, a única que possuía escravos da Guiné era a de Joaquim Ferreira Chaves; tôdas as demais tinham índios por escravos.

Estes exemplos, recolhidos ao acaso num imenso acervo de documentos que há a respeito, nos dão idéia de como transcorreu a contribuição indígena no povoamento do remoto centro-oeste brasileiro, empresa cuja manutenção exigiu realmente homens do porte d'este Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres que, como nos mostra o autor, fêz não a administração de um estreante, como de fato elle era, mas um governo marcado pela iniciativa, pela visão e pelo empenho.

JOSÉ ROBERTO DO AMARAL LAPA

* * *

MARTINS PENA. — *A Ópera no Brasil Imperial*. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro.

Os aficionados da ópera, de São Paulo e Rio de Janeiro, tiveram a feliz oportunidade (melhor, um privilégio!), no mês de setembro último, de assistir a uma curta, mas excepcionalmente brilhante temporada a cargo do famoso Teatro San Carlo, de Nápoles, que para aqui transportou todo o seu *staff* e todo o seu equipamento — solistas, côro, orquestra, comparsaria, corpo de baile, cenários, enfim todos os elementos necessários à realização de três invulgares espetáculos, em que foram encenadas *Nabucco*, *Otelo* e *La Gioconda*. Os que têm algum conhecimento de história da música sabem que Nápoles tem uma importante vinculação com a origem e o desenvolvimento do melodrama, e, conseqüentemente um papel de grande destaque na realização desse gênero tão difícil. Aliás, o luxuoso opúsculo que foi distribuído aos que compareceram à temporada contém excelentes informações

acêrca do papel que o famoso teatro napolitano, fundado em 1737 por Carlos de Bourbon, representou na vida artística da Itália.

Enquanto ressoam, ainda, em nossos ouvidos os ecos de tão brilhante festividade, creio oportuno noticiar aos que me honram com a leitura dêstes modestos comentários bibliográficos, a publicação recente, por parte do Instituto Nacional do Livro, dos folhetins de críticas de ópera perpetrados por Martins Pena na imprensa do Rio de Janeiro nos anos de 1846 e 1847. Modêlo de crítica, diga-se de passagem. Não simples apreciações, como de comum soe acontecer hodiernamente, mas crítica de verdade no sentido amplo do têrmo, crítica sempre construtiva que poderia beneficiar enormemente os artistas, embora não raro fôsse o grande escritor impiedoso e em nada complacente quando a cousa não saia a seu contento. Todavia, não é pròpriamente do Martins Pena crítico de ópera que gostaria de tratar nesta nota à margem de seu livro, mas sim do movimento operístico que ocorria na capital do Império naqueles meados do século XIX, quando o interêsse da côrte, de um lado, e de outro o desenvolvimento de uma grande cidade, atraíam a atenção dos grandes artistas da Europa e quando o próprio povo participava de uma excepcional afeição aos cantores de sua preferência, dividindo-se não raro na apreciação dos dotes vocais de seus ídolos, formando-se partidos a que davam os estudantes e os homens da imprensa o máximo de seu entusiasmo.

As reflexões de Martins Pena, escritas bem à vontade, comunicando diretamente as impressões recebidas, são de um frescor e de uma espontâncidade raros em nossa literatura. O próprio crítico não deixará de notar num dêsses folhetos: “Quando escrevemos temos unicamente em vista o comunicar ao público as peças que subiram à cena durante a semana lírica, e o como foram elas executadas. Naturalmente a crítica deve ter grande parte em nossos escritos já para correção dos artistas, já para reduzirmos às suas devidas proporções e limites certas pretensões exageradas”.

Mas, ao lado do interêsse puramente literário que êles representam, os folhetins de Martins Pena apresentam também grande interêsse sociológico e histórico, quando nos proporciona uma análise da vida social da côrte nos meados do século passado, quando o teatro era, naturalmente, o principal meio de ligação entre as diversas camadas sociais.

Seria interessante uma vistoria sôbre as óperas que integravam comumente as nossas temporadas líricas e compará-las com os repertórios habituais dos nossos dias. Aliás, sob êste aspecto retrocedemos muito. Não seria necessário recuar até aos tempos de Martins Pena para contrastar a variedade das temporadas de outrora com a enfadonha monotonia das de hoje, em que a repetição constante sempre das mesmas óperas, torna nossos espetáculos líricos tão pouco atraentes. O livro há alguns anos publicado pelo Dr. Paulo Cerquera revela, com relação à capital paulista, e mesmo só depois de inaugurado o Teatro Municipal em 1911, uma deplorável decadência qualitativa e quantitativa, e eu mesmo, aficionado à ópera desde garoto, lembro-me com saudades de temporadas que fazem inveja aos melômanos de hoje. A própria ópera *Nabuco*, que inaugurou a temporada do conjunto napolitano dêste ano, só havia sido encenada em São Paulo uma única vez, e essa mesmo em ... 1886! Quando penso em algumas das mais importantes óperas francesas ou alemãs (e até italianas) que nunca honraram os palcos brasileiros, fico a imaginar o que seria o nosso conhecimento do repertório lírico se não existisse o recurso maravilhoso da gravação.

Ao tempo de Martins Pena estavam em moda os iniciadores da ópera romântica, especialmente Bellini e Donizetti. Do primeiro, não apenas a maravilhosa "Norma", mas igualmente "A sonâmbula" e "Os puritanos" e ainda outras de menor importância como "Beatrice di Tenda" e "I Capuletti ed I Montecchi". Quanto a Donizetti, que nos repertórios atuais comparece apenas através da imortal "Lucia de Lammermoor", no tempo de Martins Pena fazia-se presente através de "Elixir de Amor", de "Ana Bolena", de "Lucrecia Borgia", de "Roisario", de "A Favorita", de "A Filha do regimento" e de "Torquato Tasso", partituras atualmente raramente revidas dentre a meia centena deixada pelo mestre de Bergamo. Da fase de transição, aparecem Paccini ("Safo"), Spontini ("A vestal") e especialmente Rossini, não apenas com o "Barbeiro de Sevilha", mas também com "A italiana na Argélia", com "Semiramis" e com o "Guilherme Tell".

Convém notar, ainda, que, ao lado desse repertório italiano, figurava no ano lírico de 1846-1847, um glorioso repertório francês, da mais legítima tradição da "grand opera": Auber (com "O cavalo de bronze", "Fra Diavolo", "Masaniello" e "Os diamantes da corôa"), Hérold (com "Zampa"), Boieldieu (com "A dama branca") e Adam (com "O postilhão de Longjumeau"). Quanta ópera esquecida, algumas delas salvas apenas pelo milagre do disco!

Na época de Martins Pena, as duas maiores figuras da ópera no século XIX — Verdi e Wagner — não se tinham firmado ainda. Estavam começando suas carreiras e nenhum deles se faz presente na Côte de São Cristovão, a não ser Verdi por uma ária de "I due Foscari", incluída no festival de uma cantora. E ao comentar a ópera "A prisão de Edimburgo", lembrava Martins Pena o brilhante efeito de um côro "no moderno estilo de Verdi"...

Desde o tempo de D. João VI contava o Rio com uma brilhante tradição musical, tradição que vinha, aliás, dos Braganças, quase todos dados à música, haja visto nosso primeiro imperador, que tinha também suas veleidades de compositor. Sob D. Pedro II, talvez por influência de sua esposa, que era napolitana e, como tal, deveria ser grande apreciadora de ópera, o hábito do lirico firmou-se entre nós. Mais de um viajante estrangeiro referiu-se a esse fato e mais de um escritor brasileiro (Alencar, Machado) tratou do assunto. Mais do que qualquer outra cousa, falamos disso, agora, os folhetins de Martins Pena. E é pena (salvo seja!) que não tenhamos cousa semelhante para a segunda metade do século, quando a atividade lírica na própria Europa tornou-se mais intensa e quando a obra de Verdi começou a penetrar nos palcos brasileiros. Convém recordar, por outro lado, que o próprio Wagner interessou-se pela vida musical brasileira, pois o seu "Tristão e Isolda" apenas por um triz deixou de ter a sua estréia mundial no Rio de Janeiro. Em outra oportunidade esta história será relatada.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* * *

TAMER (Alberto). — *O mesmo Nordeste*. São Paulo, Editôra Herder, 284 págs., 1968.

O Autor, jornalista encarregado da Seção Econômica do periódico *O Estado de São Paulo*, acompanhou de perto os problemas do Nordeste, fazendo séries de reportagens que foram finalmente retocadas e condensadas no presente volume. *Conteúdo*: O livro está dividido em 4 partes:

1). — *os velhos problemas*, tomando com eixo de suas análises a questão econômico-financeira, a exploração da cana de açúcar em particular: a *SUDENE* e o *GERAN*;

2). — *um povo triste*, focando graves problemas de ordem social, especialmente relativos à saúde do povo nordestino;

3). — *o que nem todos podem dizer*. Mostra como se tem medo naquela região, de abordar determinadas situações;

4). — Apêndices: o 1º). — *sobre uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*; o 2º). — *Nutrição e Desenvolvimento do Encéfalo*; o 3º). — *Notas sobre o sub-emprego urbano no Nordeste*.

Análise: O Autor nos dá uma visão da situação do Nordeste (povo e terra) a partir do setor econômico-financeiro. Como a exploração agro-açucareira sempre foi o centro da vida e das atividades daquela região, é em torno dela que o Autor organiza o seu trabalho. Dá um rápido histórico da cultura de cana e de sua industrialização com as diversas fases por que esta última passou. Trata dos aspectos diversos da questão, mostrando inclusive a crises que atravessou diante da concorrência ou do sul do país ou do estrangeiro. Chega então à situação atual, destacando os organismos montados para planejar os esquemas globais de solução, sobretudo a *SUDENE* e o *GERAN*. O Autor faz várias críticas a tais organismos, apesar de reconhecer o valor de sua presença e de sua atuação.

Em todo o livro pode-se verificar a preocupação com o lado humano, com "o homem nordestino sozinho na sua miséria".

OSCAR FIGUEIREDO LUSTOSA

* *
*

MOTTA FILHO (Cândido). — *A Vida de Eduardo Prado*. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editôra. 1967, xxxii-328 págs. (Documentos Brasileiros Nº 129).

"... a investigação histórica é uma forma de viajar como viajar é uma forma de ser livre" (pág. 7).

Como uma contribuição à homenagem dispensada a Cândido Motta Filho pela ocasião de seu setuagésimo aniversário, a casa José Olympio Editôra ofereceu-nos um volume do autor cujo tema central é a vida de Eduardo Prado. Numa apresentação impecável, e tão só com o desconforto de encontrar as notas ao final de cada capítulo o que dificulta a continuidade da leitura, Motta Filho entrega-nos sua obra com uma dupla divisão. Na primeira parte, que contém oito capítulos, aborda as influências que Eduardo Prado recebeu, e que perduraram durante a trajetória da sua vida, de Dona Viridiana, sua mãe; as suas relações com seus amigos Afonso Celso, Eça de Queiroz, Monsenhor Francisco de Paula Rodrigues, Capistrano de Abreu, Joaquim Nabuco, Teodoro Sampaio, Rio Branco e Rui Barbosa, relações ainda que antagônicas quanto a alguns aspectos como suas respectivas posições políticas, mas baseadas fundamentalmente no interesse pelo desenvolvimento do intelecto e da cultura; o relato de suas viagens por várias partes do mundo, sua preocupação em estar a altura dos acontecimentos dos meios intelectuais europeus; as influências diretas de Renan e Chateaubriand visíveis no seu estilo li-

terário; o cultivador da amizade sincera, ao contrário do que o autor imagina seu personagem; segundo Motta Filho, Eduardo Prado é o personagem em busca de um autor, pela sua clara autenticidade; o crítico da Primeira República, que descobriu o tendão de Aquiles dos republicanos: o bacharelismo, atarando-o sem piedade, coisa que num momento dado obriga-o a tomar uma posição política que tem como ponto culminante a publicação da sua obra *A Ilusão Americana*, onde analisa o Brasil dentro do contexto mundial, e a nosso entender, uma obra expressiva, profética, com um conteúdo que muito poucas inteligências do seu tempo puderam prever e que agora os povos latino-americanos vivem na própria carne: a periculosidade que implicava a expansão territorial e o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos.

Tôda esta primeira parte pode-se sintetizar como o esquema da sua vida externa, isto é, do seu mundo externo, do mundo que o rodeia. A segunda parte, subdividida em seis capítulos, pertence ao mundo interior, ao mundo íntimo de Eduardo Prado. Aqui encontra-se a força geradora de tôdas suas metas, ambições e frustrações. Eduardo Prado vibra com o seu Brasil querido, é a mãe-terra que o impulsiona para uma vida repleta, cheia de conflitos, que o acompanharam até sua morte. Nunca perdeu a perspectiva histórica do seu país, sempre presente nas suas viagens e no exílio. Para êle, católico ardente, seu país foi uma mística que o levou a ser um escritor prolífico, de temas vários, mas sempre sem perder a visão da sua pátria. Sua vida foi interrompida quando ainda tinha suficiente força e juventude para prosseguir sua luta, por êsse temor tão arraigado a êle desde a infância e que dêle merecia bastante respeito: a morte.

Êste livro vem acompanhado também de uma bio-bibliografia do autor, assim como ilustrações e reproduções facsimilares de documentos pessoais (cartas e notas) de Eduardo Prado.

A forma biográfica é considerada muitas vêzes, não sem razão, como o acúmulo de provas irrefutáveis, positivas, que contribuem para o enaltecimento de um personagem. Assim, de imediato, percebe-se que o personagem tratado é o centro motor de todos os acontecimentos, tudo gira a seu redor e, portanto, alquire um plano superior ao humano e às situações espaço-temporais. E' um semi-deus criador de circunstâncias de onde se conclui que existe a obrigação de atuar nêle. Em se tratando do livro de Motta Filho, pode-se dizer com tôda honestidade que tanto o autor, como o personagem, permanecem no plano do humano, em nenhum momento aparece qualquer idéia em contrário. E' notável a preocupação, que se deixa filtrar através da leitura, por equilibrar a forma biográfica e dar uma visão do personagem dentro da dimensão da sua época. O autor não abusa da apologia — quando se faz presente é para precisar a figura — nem da parvulogia para elevar a personalidade de Eduardo Prado. Numa prosa fácil, ligeira, muito exuberante, consegue Motta Filho que o leitor participe da vida do personagem assim como se deleite com a leitura da qual fácil não é se desprender: há um encanto que obriga a não interrompê-la. A clareza da exposição e a lógica do conteúdo, destacam a qualidade do escritor. Assim, devido à sua pena, conhecemos as inúmeras facetas de Eduardo Prado: homem culto, observador, conhecedor dos problemas do seu país, jornalista, historiador, político, literato, escritor. Agora, algo nôvo, é que só não elabora a vida de Eduardo Prado ou sua biografia, mas também a vida ou as biografias de todos os participantes da obra. Estupenda interrelação, com influências recíprocas, que Motta Filho consegue, para dar um conteúdo completo do homem e sua época.

Por uma razão natural, existe em nossos países da América Latina, talvez com raras exceções, a tendência a pesquisar a vida dos personagens que participaram nas lutas que nos tem legado os regimes atuais, quer dizer, a dos que triunfaram. Pesquisar a vida dos que sofreram derrotas é quase um tabú que limita tôdas as possibilidades. Porém deve-se levar em conta que êstes homens fizeram também todo o possível para contribuir para o engrandecimento do seu país, eis aí o valor dentro da história e eis aí o grande valor que adquire a obra de Motta Filho.

Temos a impressão que agora se apresenta uma revisão e reivindicação dos personagens históricos, não importando sua posição política, e que estas são as primeiras tentativas de auto-crítica, necessária para se obter um equilíbrio e conhecimento da verdade mais próxima dos fatos que contribuem para o estudo da História. Será que êste é um dos primeiros passos que podem servir de exemplo a seguir pelos nossos países latino-americanos?

MÁRIO A. CONTRERAS R.

* *

*

FRANCO (Sérgio da Costa). — *Júlio de Castilhos e sua época*. Editora Globo. Coleção Província. Pôrto Alegre. 1966.

A iniciativa do sociólogo gaúcho, Sérgio da Costa Franco, em apresentar-nos a figura de Júlio de Castilhos (1860-1923), após intenso trabalho de pesquisa, causou-nos imensa satisfação.

Sem dúvida, já é tempo dos historiadores lançaram-se com vigor, na pesquisa da história da República. Se até há alguns anos, era de certa forma tímida, embrenhar-se num período demasiado próximo, hoje essa atitude não se justifica. O longo período da "República Velha" necessita de um reexame cuidadoso. A farta documentação, os jornais, constituem um material imenso a ser pesquisado.

O presente trabalho, não é o primeiro que o autor escreveu sôbre Júlio de Castilhos. Seu primeiro trabalho histórico publicado foi "Oliveira Viana e a Revolução Farroupilha", através do "Correio do Povo" em 1949, posteriormente apresentou um ensaio sôbre o mesmo assunto na revista "Província de São Pedro". Nota-se dessa forma, que a presente obra, é um fruto amadurecido, após vários anos de estudos e pesquisas, o que é demonstrado claramente na leitura que se faz do livro em questão. O assunto não se esgota com a presente publicação, pois não se conhece inteiramente tôda a documentação sôbre Castilhos.

Analisando o personagem desde seu nascimento, onde busca uma interação sociológica homem-meio, acompanhamos pela leitura da obra, o importante papel desempenhado por êle na organização política do Rio Grande do Sul republicano, na formulação de um federalismo radical, na luta contra o "gasparismo", buscando dar nova vida política a seu Estado, e por fim, a importante "Insurreição Federalista" de grande importância na vida dos primeiros anos da República.

O emprêgo de uma terminologia, por vêzes inadequada, e algumas notas de rodapé, que se fazem necessárias, não desmerece de forma alguma o trabalho apresentado.

Trata-se de uma importante contribuição para a compreensão global dos primeiros anos de vida republicana, que deve ser consultado por todos que buscam o seu conhecimento.

Temos a desejar que ela sirva de estímulo, àquêles que se dedicam ao estudo da História do Brasil, a fim de que se lancem à pesquisa de tão importante período.

JOSÉ CARLOS NEVES LOPES

* *
*

WASHINGTON LUÍS (visto pelos contemporâneos no primeiro centenário de seu nascimento). Publicação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. 1969. Ilustrado.

A iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, recolhendo entre outros estudos, depoimentos daqueles que tiveram contactos nas mais diversas circunstâncias com o presidente Washington Luís é altamente interessante para o historiador.

Realmente, êste tipo de documentação enriquece as possibilidades de organização de um trabalho histórico. A frieza do documento oficial, com a sua linguagem precisa, mas sem colorido, contrapõe-se o testemunho vivo, apaixonado por vêzes, mas repleto de experiência humana, que rasga perspectivas ao historiador e permite transportá-lo para a sua obra, vivificando-lhe o estilo.

Tais as condições que nos oferece esta publicação que é uma colerânea em homenagem ao centenário do nascimento de Washington Luís.

São 332 páginas em que 39 contemporâneos se alternam, trazendo o seu testemunho sôbre a personalidade do eminente "paulista de Macaé".

A apresentação é de Aureliano Leite, seguida de uma introdução poética de Ibrahim Nobre.

Trabalhos como os de Aroldo de Azevedo sôbre "Washington Luís e a representação dos Estados na Câmara Federal" ou de Luís Tenório de Brito a respeito de "Washington Luís e a questão social" ou ainda o de A. Romano Barreto: "Washington Luís e a reforma do Ensino", entre outros, espelham a variedade dos temas tratados e que abrangem diversas facetas da administração do presidente nos diferentes cargos que exerceu.

Escritos como os de Alfredo Ellis Júnior: "A minha dívida de gratidão para com Washington Luís" ou ainda o de Augusto de Lima Júnior: "Carta ao presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", revelam a forte impressão transmitida pela personalidade daquele ilustre homem público.

Com esta publicação o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo oferece ao estudioso de História elementos de interesse para análise da vida e obra de tão destacada figura de nossos tempos como foi Washington Luís.

SUELY ROBLES REIS DE QUEIROZ

* *
*

MENEZES (Raimundo de). — *São Paulo dos nossos avós*. São Paulo. Editôra Saraiva. 1969. 168 páginas (Coleção Saraiva, volume 253).

Na sua importante obra de difusão do livro a preços populares, distribuiu recentemente a Coleção Saraiva aos seus assinantes o interessante livro de Raimundo

de Menezes, de quem a mesma coleção já havia dado há algum tempo *Aconteceu no Velho São Paulo*. Cearense de Fortaleza, Raimundo de Menezes veio para São Paulo em 1929 e radicou-se no novo meio. Nêle imediatamente se integrou, vindo logo a participar de sua vida cultural e, mais ainda, passou a interessar-se pela história da cidade que adotou. Contrastando com a cidade de hoje, as páginas de *São Paulo dos nossos avós* remontam a um tempo em que ninguém imaginaria pudesse a capital bandeirante vir a transformar-se na metrópole tentacular de hoje. Trata-se de livro que recompõe tempos passados, que informa o leitor, sempre de maneira atraente e amena, sobre o jeito de viver dos paulistas e paulistanos, os costumes de sua gente, os dramas que padecem, os passeios que fazem, os tipos populares que transitam por suas ruas e becos, o nascimento de bairros, o aparecimento do primeiro automóvel, e tantas coisas e fatos mais. Um livro, era suma — lembra o apresentador do volume — que ressuscita outros tempos. Um livro na mesma linha dos que em outras épocas evocaram o passado paulista, tais como os de Almeida Nogueira, Antônio Egidio Martins, Paulo Cursino de Moraes e Ernani da Silva Bruno.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* * *

DIBO (Dulcídio). — *Grande Enciclopédia Geográfica Mundial*. Li-bra Empresa Editorial Ltda. São Paulo. 1968. 4 volumes. 281 + 185 + 207 + 263 páginas. 8 mapas físico-políticos, 30 mapas gerais, mais 200 mapas específicos, inúmeras fotografias e clichés a cores e em preto e branco, gráficos, tabelas, esquemas. Impressão a cores, com índices gerais, estatísticos e bibliografia.

Obra de grande folego é esta que o professor Dulcídio Dibo nos oferece em edição aprimorada de Li-bra Empresa Editorial Ltda.

Inclui-se no rol das edições atuais, de feição monumental, o que haveria demandado, sem dúvida, esforços de tóda a ordem, não só da parte do autor como da parte do editor.

Como uma "síntese geográfica", no dizer do próprio autor e para conhecimentos fundamentais, com metodologia adequada, o trabalho foi desenvolvido dentro de um esquema premeditado, exigência e necessidade de ordem gráfica, o que, naturalmente, levantou problemas cuja solução requereu argúcia, tenacidade, poder de síntese e ciência.

Não faltaram êstes predicados ao supervisor da obra e a disposição e explanação conseguidas são o resultado do entrosamento perfeito entre editor e autor.

De títulos suficientes para levar a cabo êste trabalho, o prof. Dulcídio Dibo acrescentou mais um quando metódicamente, com indomável perseverança, chegou ao final das quase 1.000 páginas impressas, conseguindo uma obra cuja harmonia se patenteia tanto pelo colorido da edição (a despertar, sãbiamente, a atenção espontânea), como pela seqüência dos assuntos e temas que revêlam o domínio sobre a matéria tratada.

Fugindo às exposições secas e indigestas de alguns tratadistas e mesmo ao caráter abstracionista de que uns tantos fazem gala, conseguiu o autor fazer uma obra de divulgação capaz de ser lida e entendida pelo maior número.

Os quadros que oferece, não só de Geografia Física, mas também de Geografia Humana, Política, Econômica, dão a entender que o prof. Dibo tem presentes os conceitos mais recentes da Geografia, direta ou indiretamente derivados de geógrafos como La Blache, ou Ritter, ou Humboldt, ou aquêles que na linha própria araram o seu quinhão, mesmo com deslises ou imprecisões ou utopias que nem evitaram que algo de positivo e objetivo sobrasse e a que Reclus, ou Peschel ou Ratzel deram o seu concurso.

Atendendo, ainda, a uma espécie de solicitação para a “universalidade geográfica”, nem fugiu às diretrizes de Mackinder; e no afã de tornar a sua “Enciclopédia” um “instrumento útil” incluiu uma breve resenha histórica por cada “unidade política” tratada.

Não faremos sobre isto considerações. A fazê-las seriam as mais encomiosas, mesmo que se observassem, nalguns casos, restrições, ou ausência de contemporaneidade.

Mas não deixaremos de dizer que o iniciado na “cultura geográfica” tem ao seu alcance, com esta “Enciclopédia”, aparelhamento hábil — “utensilagem” como diriam os franceses — para perceber os aspectos a que a moderna Geografia se atem, quanto à “distribuição dos fenômenos físicos, biológicos, humanos, tendo presente as causas da distribuição e as relações locais”, numa síntese de seu objeto material, enunciado com a brevidade que convém a uma definição.

Estranho poderá parecer que alguém de História haja prestado atenção a uma “Enciclopédia Geográfica”. Mas a nossa atenção foi solicitada por dois motivos: o primeiro é que aparece com destacada presença nos escaparates dos livreiros; o segundo é que nunca perdemos de vista, desde os bancos escolares, que, como “ciência auxiliar”, a Geografia — ao menos a Geografia Humana, se quisermos restrições — é imprescindível ao historiador.

Ao demais, sendo que notas históricas das “individualidades políticas” são fornecidas ao longo da obra, a sua utilização pelo historiador torna-se plenamente justificável.

O saldo positivo da obra é sobremaneira compensador; e nem algumas falhas tipográficas que escaparam na revisão desmerecem, de modo algum, o seu valor.

Mesmo ao leigo é fácil corrigir imprecisões do texto.

Seria entretanto de aconselhar uma “errata” ao final dos volumes; ou uma “corrigenda” que retificasse a troca de figuras ou estampas como ocorreu nesta primeira edição.

Numa nova edição — e nós “profetizamos” uma segunda edição, mesmo por que se poderia ampliar nalguns aspectos (Geografia do Brasil; Geografia de São Paulo), sugestão que não consideramos abusiva — numa nova edição, dizíamos, é prudente e aconselhável que a “corrigenda” insinuada se adicione como convém a toda a obra de tamanho vulto.

Assim se evitaria que fôsse prejudicada por “falhas” sem importância... mas que não deixam de ser falhas.

JOSÉ AUGUSTO VAZ VALENTE